



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Aquisição de **Equipamentos e Mobiliários para Creche Proinfância** para atender às necessidades do **Município de Santana do Ipanema/AL**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo:

LOTE	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	VALOR UNITÁRIO DO CONVÊNIO
1.	CONJUNTO PARA ALUNO - TAMANHO 03 - CJA-03 (PROINFÂNCIA)	UND.	24	R\$ 105,00
2.	CADEIRA FIXA COM BRAÇOS - C7 (PROINFÂNCIA)	UND.	10	R\$ 77,00
3.	CASINHA DE BONECA - MULTICOLORIDA EM POLIETILENO - CS (PROINFÂNCIA)	UND.	1	R\$ 1.745,00
4.	CONJUNTO DE COLCHONETE - PARA REPOUSO (4 UNIDADES) - CO3 (PROINFÂNCIA)	UND.	12	R\$ 467,48
5.	CONJUNTO COLETIVO - TAMANHO 01 - CJC-01 (PROINFÂNCIA)	UND.	16	R\$ 310,00
6.	ARMÁRIO ALTO EM AÇO - COM DUAS PORTAS DE ABRIR - AM4 (PROINFÂNCIA)	UND.	4	R\$ 550,00
7.	MESA DE TRABALHO - EM TAMPO ÚNICO - M6 (PROINFÂNCIA)	UND.	4	R\$ 359,50
8.	MESA RETANGULAR MONOBLOCO - M1 (PROINFÂNCIA)	UND.	6	R\$ 760,00



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

9.	BANCO RETANGULAR MONOBLOCO - B1 (PROINFÂNCIA)	UND.	12	R\$ 424,26
10.	POLTRONA INDIVIDUAL ESTOFADA - PO (PROINFÂNCIA)	UND.	4	R\$ 508,00
11.	ESCORREGADOR - COM RAMPA E UMA ESCADA DE DEGRAUS EM POLIETILENO - ES (PROINFÂNCIA)	UND.	1	R\$ 373,95
12.	GANGORRA - COM MANOPLAS DUPLAS EM POLIETILENO - GA (PROINFÂNCIA)	UND.	1	R\$ 165,00
13.	TÚNEL LUDICO EM POLIETILENO - TL (PROINFÂNCIA)	UND.	1	R\$ 1.300,00
14.	CONJUNTO DE COLCHONETE - PARA TROCADOR (3 UNIDADES) - CO2 (PROINFÂNCIA)	UND.	2	R\$ 240,00
15.	CONJUNTO PARA ALUNO - TAMANHO 01 - CJA-01 (PROINFÂNCIA)	UND.	24	R\$ 126,00
16.	CONJUNTO PARA PROFESSOR - CJP-01 (PROINFÂNCIA)	UND.	4	R\$ 158,00
17.	BERÇO COM COLCHÃO - BÇ1 (PROINFÂNCIA)	UND.	16	R\$ 423,00
18.	MESA DE REUNIÃO - M7 (PROINFÂNCIA)	UND.	1	R\$ 269,29
19.	GIRA-GIRA OU CARROSEL - CR (PROINFÂNCIA)	UND.	1	R\$ 1.000,00
20.	CADEIRA ALTA PARA ALIMENTAÇÃO DE CRIANÇAS - C1 (PROINFÂNCIA)	UND.	6	R\$ 132,50



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

21.	CADEIRA GIRATÓRIA - COM BRAÇOS - C6 (PROINFÂNCIA)	UND.	4	R\$ 203,98
22.	ARMÁRIO ROUPEIRO EM AÇO - COM 12 PORTAS - AM2 (PROINFÂNCIA)	UND.	4	R\$ 620,00
23.	APARELHO DE AR CONDICIONADO - SPLIT 12000 BTU'S - AR3 (PROINFÂNCIA)	UND.	2	R\$ 1.139,98
24.	FORNO DE MICROONDAS 30 L - MI (PROINFÂNCIA)	UND.	2	R\$ 328,48
25.	MÁQUINA DE LAVAR ROUPA - CAPACIDADE DE 8 KG - MQ (PROINFÂNCIA)	UND.	1	R\$ 1.034,98
26.	MIXER DE ALIMENTOS - MX (PROINFÂNCIA)	UND.	1	R\$ 122,34
27.	PROCESSADOR DE ALIMENTOS - CENTRÍFUGA (DOMÉSTICO) - MT (PROINFÂNCIA)	UND.	1	R\$ 500,00
28.	ESPRESSOR DE FRUTAS CÍTRICAS - EP (PROINFÂNCIA)	UND.	1	R\$ 538,68
29.	BALANÇA DIGITAL 15 KG - BL1 (PROINFÂNCIA)	UND.	1	R\$ 647,60
30.	GELADEIRA - DE USO DOMÉSTICO FROSTFREE - RF2 (PROINFÂNCIA)	UND.	2	R\$ 1.341,38
31.	FOGÃO INDUSTRIAL 06 BOCAS - FG1 (PROINFÂNCIA)	UND.	1	R\$ 5.403,00
32.	BEBEDOURO ELÉTRICO - CONJUGADO COM DUAS COLUNAS - BB1 (PROINFÂNCIA)	UND.	5	R\$ 1.097,50



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

33.	BATEDEIRA PLANETÁRIA 5 LITROS - BT1 (PROINFÂNCIA)	UND.	1	R\$ 1.695,00
34.	FOGÃO 04 BOCAS - DE USO DOMÉSTICO - FG2 (PROINFÂNCIA)	UND.	1	R\$ 5.189,20
35.	LIQUIDIFICADOR SEMI-INDUSTRIAL - 2 LITROS - LQ2 (PROINFÂNCIA)	UND.	3	R\$ 644,00
36.	BALANÇA PLATAFORMA 150KG - BL2 (PROINFÂNCIA)	UND.	1	R\$ 789,00
37.	PURIFICADOR DE ÁGUA - PR (PROINFÂNCIA)	UND.	3	R\$ 735,00
38.	MÁQUINA DE LAVAR LOUCAS - INDUSTRIAL TIPO MONOCAMARA - LV (PROINFÂNCIA)	UND.	1	R\$ 9.935,00
39.	APARELHO DE AR CONDICIONADO - SPLIT 18000 BTU'S - AR2 (PROINFÂNCIA)	UND.	2	R\$ 1.706,39
40.	GELADEIRA VERTICAL INDUSTRIAL - 4 PORTAS - RF1 (PROINFÂNCIA)	UND.	1	R\$ 3.900,00
41.	BATEDEIRA PLANETÁRIA 20 LITROS - BT2 (PROINFÂNCIA)	UND.	1	R\$ 3.600,00
42.	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 8L - LQ1 (PROINFÂNCIA)	UND.	1	R\$ 790,00
43.	FREEZER VERTICAL - FZ (PROINFÂNCIA)	UND.	1	R\$ 2.589,33



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente licitação servirá para a aquisição dos bens acima elencados, necessários à execução das atividades desenvolvidas por esta Administração – **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte, Lazer, Ciência, Tecnologia e Inovação.**

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

4. FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. O fornecimento será efetuado de forma **parcelada**, com prazo de entrega não superior a 05(cinco) dias, contados a partir da solicitação.

4.2. Os bens deverão ser entregues na sede do órgão solicitante, no endereço indicado na solicitação, no horário das **08** horas às **13** horas.

5. AValiação DO CUSTO

5.1. O custo estimado foi apurado através do valor informado pelo convênio (Termo de Compromisso PAR nº 201500430).

6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até **30** (trinta) dias do recebimento provisório.

6.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada obriga-se a:

7.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente, no que couber, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

7.1.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, o produto com avarias ou defeitos;

7.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

7.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

7.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

8.1. A Contratante obriga-se a:

8.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

8.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

8.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. A fiscalização da contratação será exercida pela Servidora: **SALETE DE FRANÇA MACHADO, Professora Tipo A**, CPF: **033.784.914-50**, designada gestora, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

10.1.2. Apresentar documentação falsa;

10.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.4. Cometer fraude fiscal;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

10.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Município de Santana do Ipanema/AL**, pelo prazo de até dois anos;

c.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

10.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

10.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

10.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, se houver, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

10.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.8. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.